



## Carta-Manifesto em Defesa da ANPUH e do GT Nacional de Gênero: Pela Liberdade Acadêmica e o Direito ao Dissenso

Em tempos de intensos ataques à liberdade acadêmica e à expressão crítica nas universidades, o GT Nacional de Gênero da ANPUH se manifesta em defesa total e irrestrita à liberdade e ao direito ao dissenso como pilares essenciais para a construção de uma sociedade democrática. O GT Nacional de Gênero têm sido, desde sua criação, um espaço de saber e resistência, e ao longo de décadas, fundamental para a defesa da pluralidade e da liberdade acadêmica, especialmente em momentos de tentativas explícitas de cerceamento. Como parte da comunidade acadêmica, defendemos a relevância histórica dessas instituições para o Brasil, as universidades e a democracia.

Desde 1961, a ANPUH promove o avanço da pesquisa em História, reunindo historiador(a)es, estudantes, professor(a)es e pesquisador(a)es em eventos como os Encontros Nacionais de História. Esse trabalho não só fortalece a pesquisa como também preserva o direito ao debate e à expressão, colaborando para que o conhecimento histórico não seja instrumentalizado por interesses políticos. O papel da ANPUH é assegurar uma cidadania crítica, contribuindo para que o passado seja entendido em suas complexidades, e não manipulado.

O GT Nacional de Gênero, fundado em 2001, responde diretamente à necessidade de visibilizar e estudar temas historicamente marginalizados, como relações de poder, opressão e desigualdades de gênero. Com 18 sessões regionais, o GT tornou-se uma referência nacional e internacional, impulsionando a produção de conhecimento crítico e promovendo espaços de acolhimento e escuta para todas as diversidades e subjetividades. Publicações, eventos e parcerias com outras instituições fortalecem a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Como lembra Jacques Rancière, a democracia se sustenta no dissenso, na convivência de diferentes visões e na contestação do que é estabelecido. A ANPUH e o GT Nacional de Gênero buscam garantir que a universidade seja esse espaço de liberdade e questionamento, onde questionar o status quo é um direito e um dever acadêmico. Em uma sociedade onde o consenso muitas vezes disfarça a censura, vivemos hoje a ameaça de uma pseudo-democracia que marginaliza vozes e corpos divergentes, especialmente aqueles que desafiam normas tradicionais de poder e gênero.

O GT Nacional de Gênero atua na construção de um conhecimento que amplia o entendimento da História, e tem impactos diretos no presente, orientando políticas públicas



e ajudando a combater as desigualdades e violências de gênero. Em um país com altos índices de violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, além de profundas desigualdades raciais e de gênero, essas pesquisas são essenciais para a promoção da equidade, de políticas públicas, leis e de justiça social. Nossa atuação acadêmica sólida e respaldada por critérios de pesquisa consolidados e reconhecidos, tem evidenciado temas políticos, como transfobia, homofobia, sexismo, assédio sexual nas universidades e violência política de gênero, com avanços importantes na construção de políticas de equidade em diversas frentes de atuação e impacto social tanto no Brasil quanto no exterior. Entretanto, também enfrentamos reações de resistência que buscam deslegitimar nossas pesquisas e suas autoras e autores, particularmente quando essas vozes ocupam posições de poder.

Michel Foucault nos lembra que o poder não apenas pune, mas molda comportamentos e define o que é aceitável. Na academia, essa vigilância pode facilmente se transformar em censura, impondo normas rígidas sobre o que pode ser debatido e pesquisado.

Relações de poder que se reconfiguraram, nos últimos anos, com a entrada significativa de mulheres, muitas das quais negras, nos espaços acadêmicos e representativos da nossa categoria. A ANPUH, historicamente respeitada, há pouco teve o seu posicionamento colocado em xeque. As contestações fazem parte do processo democrático, mas a desqualificação seria assim tão desrespeitosa caso não estivéssemos sob a administração de uma mulher lésbica, negra e docente de uma universidade nordestina?

Nossa presidenta, intelectual de excelência, internacionalmente reconhecida, tem gerido as diversas demandas cotidianas de nossa organização, como as lutas pelo ensino de história e por novos espaços profissionais, bem como vem articulando, coletivamente, outros debates dentro da ANPUH, com as diretorias de Equidade, Diversidade de Gênero e Pautas LGBTQIAPN+ e a de Relações Etnicorraciais e Pautas Antirracistas. Deixamos explicitado que o descontentamento de muitos passa mais pela tentativa de nos desqualificar enquanto produtoras/es de saberes e menos por argumentos críticos e democráticos em si, ou pela real preocupação com nossas universidades. Sueli Carneiro, ainda em 2005, ao analisar as dimensões de gênero e raça, discorre sobre a violência sofrida pelas mulheres. A Intelectual pontua o árduo percurso não apenas para chegar como docentes às universidades, mas também, para terem seu saber-fazer-sentir



reconhecido. Não calaremos ante aqueles que não reconhecem a diversidade e não abrem mão do status de únicos produtores de conhecimentos.

Infelizmente, temos testemunhado situações como sindicâncias contra organizadores de eventos, suspensão de grupos de pesquisa e proibição de eventos futuros — uma repressão que impõe um clima de medo e controle. A exigência de autorização prévia de órgãos sobrecarregados e a ausência de especialistas nas temáticas de gênero institucionalizam um mecanismo censor que fere a autonomia dos pesquisadores e a liberdade de cátedra nas universidades.

O GT de Gênero expressa profunda preocupação com essa onda de repressão atuante em diversas formas e expressões em nosso país contra o campo dos Estudos de Gênero, que ameaça discussões fundamentais sobre direitos humanos e representações sobre equidade e justiça social.

A burocratização e a exigência de autorização prévia de órgãos notoriamente sobrecarregados e com poucos ou nenhum especialista nas temáticas de gênero para a realização de eventos apenas institucionalizam um mecanismo censor, interferindo diretamente na autonomia dos pesquisadores e no compromisso histórico das universidades com a liberdade de ensino, pesquisa e extensão.

O avanço dessas políticas antidemocráticas também é notado nas tentativas de alguns setores de criar mecanismos regulatórios e de monitoramento, panópticos de controle de estudos de gênero, propostas que se apresentam como supervisão e instrumentos de censura e deslegitimação desses temas.

O GT Nacional de Gênero da ANPUH defende a construção coletiva do conhecimento e o respeito à pluralidade. Atuamos para garantir que o campo da História seja um espaço de inclusão, onde vozes diversas sejam ouvidas e respeitadas. A Anpuh e o GT de Gênero têm sido, por mais de duas décadas, um farol para a liberdade de ideias, respeitando os lugares de fala e as subjetividades de todas as pessoas indiscriminadamente. Acreditamos que juízos de valor preconceituosos são prejudiciais à construção intelectual e que qualquer tentativa de limitar a autonomia acadêmica coloca em risco a missão da universidade de formar cidadãos críticos e pensadora(e)s criativa(o)s.

Reafirmamos o compromisso do GT Nacional de Gênero e da ANPUH com a construção de um espaço democrático e plural. Repudiamos qualquer política de censura ou vigilância que limite os temas de gênero, direitos humanos e inclusão. A autonomia universitária, conquistada com décadas de luta contra a repressão, deve ser respeitada como um princípio democrático. A universidade é um lugar de dissenso, onde o confronto



de ideias e a provocação são necessários ao avanço do conhecimento. Nos perguntamos: "Quem vigia os vigilantes?" A fiscalização centralizada do que pode ou não ser dito na universidade pode facilmente se converter em censura, comprometendo a missão da universidade de ser um espaço plural de saberes, conhecimentos e formação crítica.

Em nome da liberdade acadêmica e da diversidade de expressões, a ANPUH e o GT Nacional de Gênero defendem a construção coletiva do conhecimento e o respeito à pluralidade. O GT de Gênero se compromete a manter o campo da História um espaço inclusivo, onde vozes diversas possam ser ouvidas e respeitadas. Juízos de valor preconceituosos são prejudiciais ao crescimento intelectual, e qualquer tentativa de limitar a autonomia acadêmica ameaça o compromisso da universidade com a formação de uma cidadania crítica.

Manifestamos também nosso apoio irrestrito à Presidente Ana Maria Veiga e à sua gestão, eleita democraticamente, na ANPUH. Conclamamos a comunidade acadêmica e os defensores da democracia a reconhecer a importância de nossas pesquisas e nosso trabalho. A defesa do GT Nacional de Gênero e da ANPUH é a defesa da liberdade acadêmica e da democracia em suas formas mais autênticas. Reafirmamos nosso compromisso com uma História que contribui para um presente e um futuro mais livres, justos e inclusivos.

GT Nacional de Gênero – ANPUH

GT Regional de Gênero Acre

GT Regional de Gênero Amazonas

GT Regional de Gênero Bahia

GT Regional de Gênero Espírito Santo

GT Regional de Gênero Goiás

GT Regional de Gênero Maranhão

GT Regional de Gênero Mato Grosso

GT Regional de Gênero Mato Grosso do Sul

GT Regional de Gênero Minas Gerais

GT Regional de Gênero Paraná

GT Regional de Gênero Paraíba

GT Regional de Gênero Pará

GT Regional de Gênero Pernambuco

GT Regional de Gênero Rio Grande do Sul



GT Regional de Gênero Rio de Janeiro

GT Regional de Gênero Roraima

GT Regional de Gênero Santa Catarina

GT Regional de Gênero São Paulo